STJ00117715

Rogerio Schietti Cruz

PRISÃO CAUTELAR

Dramas, Princípios e Alternativas

Prefácio
J. P. Sepúlveda Pertence

Posfácio
Luís Roberto Barroso

8ª edição
revista e atualizada

2023

EDITORA JUSPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00117715

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Diagramação: Equipe *Jus*podivm

Capa: Ana Caquetti

• A Editora *JusPODIVM* passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

C957p Cruz, Rogerio Schietti.
Prisão Cautelar - Dramas, Princípios e Alternativas / Rogerio Schietti Cruz – 8. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
400 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4288-9.

1. Direito Processual Penal. 2. Prisão I. Cruz, Rogerio Schietti. II. Título.

CDD 341.43

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00117715

SUMÁRIO

CAPÍTULO I 17

1. O Drama da Prisão Cautelar 17
2. Finalidades e Legitimação da Prisão Cautelar no Curso da História 20
3. A Lógica do Sofrimento 23
4. A Necessária Ponderação sobre os Malefícios da Prisão 26

CAPÍTULO II 31

1. A Seletividade do Sistema Punitivo e, em Especial, da Prisão Cautelar 31

CAPÍTULO III 41

1. Breve Escorço Histórico da Prisão Cautelar no Brasil 41
2. O Sistema Cautelar Anterior ao Código de 1941 43
3. O Processo Penal da Era Vargas 45
4. A Progressiva Flexibilização do Código de 1941 46
5. O Tratamento Jurídico Atual 48
6. As Revogadas Prisões Decorrentes da Decisão de Pronúncia e da Sentença Condenatória Recorrível 54

STJ00117715

CAPÍTULO IV 65

1. Dos Princípios que Interferem no Tema 65
   1.1. *Favor Rei* 65
   1.2. Dignidade da Pessoa Humana 67
   1.3. Presunção de Não Culpabilidade 74
   1.4. Proteção Penal Eficiente 90
   1.5. Excepcionalidade 99
   1.6. Legalidade e Jurisdicionalidade 104
   1.7. Provisoriedade 108
   1.8. Motivação 111
   1.9. Proporcionalidade 122
      1.9.1. Adequação ou Idoneidade 125
      1.9.2. Necessidade ou Subsidiariedade 127
      1.9.3. Proporcionalidade em Sentido Estrito 129
   1.10. Duração Razoável da Prisão 137
   1.11. Iniciativa de Parte 151
   1.12. Bilateralidade de Audiência (Contraditório) 167

CAPÍTULO V 173

1. As Medidas Alternativas como Aplicação da Subsidiariedade Processual Penal 173
2. A Abandonada Bipolaridade Cautelar do Sistema Brasileiro 176
3. O Novo Sistema Cautelar 177
4. A Mudança de Paradigma do Novo Sistema 185

CAPÍTULO VI 195

1. Das Novas Medidas Cautelares 195
   1.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades 197
   1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o

STJ00117715

indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações 198

1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante 199

1.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução 205

1.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos 207

1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais..... 210

1.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração..... 212

1.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial 214

1.8.1. Críticas à Nova Configuração da Fiança 216

1.9. Monitoração eletrônica 220

2. Finalidades das Cautelares Alternativas..... 223

3. Prazo de Duração das Cautelares..... 227

CAPÍTULO VII 233

1. Outras Medidas Cautelares Alternativas à Prisão 233

2. Uso de Medidas Alternativas não Previstas na Legislação (Poder Geral de Cautela) 235

CAPÍTULO VIII 243

1. Da Prisão Preventiva e da Prisão Temporária..... 243

2. Requisitos comuns às prisões cautelares 243

STJ00117715

3. Da Prisão Temporária 247
3.1. Cabimento 247
3.1.1. ADI 3360 249
3.2. Prazo 251
3.3. Outras Questões da Lei da Prisão Temporária 253
4. Da Prisão Preventiva 256
4.1. Cabimento 256
4.2. Motivos, requisitos, fundamentos ou circunstâncias autorizadoras 261
4.2.1. A validade da Prisão Preventiva para Garantia da Ordem Pública 264

CAPÍTULO IX 281
1. Oscilações do STF quanto à execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação 281
1.1. O Entendimento Original do STF 281
1.2. Novo *Overruling* 286
2. Breve resumo dos votos 288
3. Análise do HC 126.292/SP 295
4. A incerteza sobre o tema 298
5. A Reviravolta do STF 301

CAPÍTULO X 305
1. Audiências de Custódia 305
2. A Resolução nº 213 de 15/12/2015, Conselho Nacional de Justiça 308
3. Prazo de Apresentação do Preso 309
4. Finalidades da Audiência de Custódia 314
4.1. Controle de legalidade da prisão 314
4.2. Exame da necessidade de medida cautelar 319
5. Rito da Audiência 321

STJ00117715

CAPÍTULO XI 329

1. A Reforma 329
2. A valorização principiológica 334
   2.1. Princípio acusatório 335
      2.1.1. Divisão funcional de competências (juiz de garantias e juiz de instrução e julgamento) 337
      2.1.2. Vedação a iniciativas acusatórias (princípio da inércia da jurisdição) 339
      2.1.3. Reforço na possibilidade de contraditório 341
3. Ênfase na motivação das decisões cautelares 343
   3.1. Vícios de fundamentação 344
      3.1.1. Decisão que se limita à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida 345
      3.1.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso 346
      3.1.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão 346
      3.1.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador 347
      3.1.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos 349
      3.1.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento 351
   3.2. Perigo da liberdade e contemporaneidade 353
4. Periódica reavaliação da medida cautelar 357
5. A falta de identidade da nova lei 361
   5.1. Liberdade vedada 361

STJ00117715

5.2. Execução imediata da pena no Tribunal do Júri 363
6. Outras alterações nas medidas cautelares pessoais 366
6.1. Audiências de custódia 366
6.2. Controle da duração do inquérito policial..... 368
6.3. Respeito à imagem e à dignidade do preso 369

APÊNDICE - Efeitos da pandemia da Covid-19 na prisão preventiva e nas demais medidas cautelares pessoais 371

POSFÁCIO 377
I. O sistema punitivo no Brasil..... 378
II. Do autoritarismo à construção de um processo penal garantista e eficiente..... 380
III. O autor, o livro e suas circunstâncias..... 382
IV. Conclusão 384

Referências Bibliográficas 385